



# Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

## PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

**DEFERIDO**  
Nos Termos Regimentais

Em

Residente

Nº 115/11

REQUERIMENTO

AUTOR: COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Requer ao Consórcio Santo Antonio Energia informações detalhadas sobre a ampliação da capacidade de produção de energia, entre elas o aumento do volume de água represada e de área alagada, os estudos realizados, os impactos gerados e a contrapartida em compensações financeiras decorrentes do aumento na capacidade instalada.

Os Membros da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Fiscalização e Controle que o presente subscrevem requer ao Consórcio Santo Antonio Energia informações detalhadas sobre a ampliação da capacidade de produção de energia, entre elas o aumento do volume de água represada e de área alagada, os estudos realizados, os impactos gerados e a contrapartida em compensações financeiras decorrentes do aumento na capacidade instalada.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2011.

Deputada **GLAUCIONE**  
Presidente da CMA

Deputado **FLAVIO LEMOS**  
Presidente da CFC

Deputada **EPIFÂNIA BARBOSA**  
Membro da CMA e da CFC

Deputado **JEAN OLIVEIRA**  
Membro da CFC



# Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			Nº _____
		REQUERIMENTO	
AUTOR: COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE			

**Deputado EUCLIDES MACIEL**  
Membro da CMA

**Deputado RIBAMAR ARAUJO**  
Membro da CFC

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
Membro da CMA

**Deputado HERMÍNIO COELHO**  
Membro da CFC

**Deputado MARCELINO TERNÓRIO**  
Membro da CMA

**Deputado EDSON MARTINS**  
Membro da CFC

## JUSTIFICATIVA

Depois de iniciadas as obras da usina hidroelétrica de Santo Antonio, o Consórcio responsável pela sua construção resolveu ampliar a capacidade de produção de energia elétrica, prevista inicialmente para 3.150 megawatts, passando para 3.450 megawatts (MW) a potência instalada da usina.

Segundo o noticiário, a Santo Antônio Energia enviou para a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL os estudos para conseguir o aval da ANEEL para a ampliação pretendida de 300 megawatts (MW) na capacidade de produção de energia elétrica. O investimento adicional para aumentar a produção de energia elétrica seria de aproximadamente R\$ 500 milhões, basicamente para comprar quatro novas turbinas. Assim, a quantidade de máquinas geradoras em Santo Antônio passaria de 44 para 48.



## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			Nº _____
		REQUERIMENTO	
AUTOR: COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE			

Teria dito o diretor-geral da ANEEL, Nelson Hubner, que a aprovação para o aumento da capacidade da usina não deverá ser demorada e que a mudança não exigirá autorização de órgãos ambientais, pois, segundo do diretor-geral, *"a ampliação não altera as condições ambientais da usina, como a altura da barragem e o tamanho do reservatório"*.

Ocorre que o artigo 1º da Lei nº 890, de 24 de abril de 2000, estabelece que os licenciamentos para implantação, ampliação, operação de instalações e/ou atividades, consideradas de grande porte ou de significativo impacto ambiental, dependem da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, realizado por empresa especializada e analisado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, entre os quais estão inclusos os licenciamentos de construção de barragens e usinas de geração de energia elétrica, qualquer que seja a fonte de energia, com capacidade igual ou superior a 10 megawatts (MW).

Dessa forma, considerando que o aumento pretendido na potência instalada da usina é de 300 megawatts (MW), ultrapassando em muito a limite da isenção de estudo e relatório de impacto, que é de 10 megawatts (MW), entendemos que devem ser apresentados os estudos sobre os impactos da eventual ampliação da potência instalada da usina.

Ademais, instituída pela Lei Federal 9.985/2000, a compensação ambiental constitui uma obrigação legal de todos os empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, cujos empreendedores ficam obrigados a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação por meio da aplicação de recursos correspondentes, no mínimo, a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Assim, também pretendemos obter informações sobre o montante em compensações financeiras decorrentes do propalado aumento na capacidade instalada.

Portanto, considerando as competências constitucionais desta Casa Legislativa e as competências regimentais da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Fiscalização e Controle, apresentamos o presente requerimento para que o Consórcio Santo Antonio Energia preste as informações requeridas.